



Editorial

No mês de Julho nos despedimos do bolsista Samuel Bastos Bracagioli que permaneceu no grupo durante um ano e dois meses. O bolsista Gabriel Luiz de Miranda que atuava no programa PET como voluntário, entrará como bolsista efetivo no programa no lugar do Samuel neste mês. E também no final do mês de junho, a bolsista Raquel Gouvêa Lucio Bittencourt avisou que irá se desligar do programa PET, mas atuará nele até o final do mês de julho. Faremos novo edital para a seleção do novos bolsistas que será no início do próximo semestre.

Neste mês de julho os bolsistas irão se empenhar para a organização do XIII SIMGEO, para a montagem dos projetos Educação Ambiental que será sobre o tema Ecossistemas e o CinePET que abordará o tema Violência, que começará a ser aplicado no mês de Agosto.

O projeto Cartografia para Crianças foi aplicado até o final do mês de junho na Escola Municipal Básica Beatriz de Souza Brito e os bolsistas relataram sobre a experiência e a aplicação do Projeto na escola.

Grupo PET-Geografia FAED/UDESC

PetGeo FAED/UDESC

Expediente:

Bolsistas: Carolina Datria Schulze, Felipe Polmann Alberici, Francine Sagas Florindo, Gabriel Luiz de Miranda, Giovanni Silveira dos Santos, Heloísa Helena Pereira, João Daniel Barbosa Martins, Laura Dias Prestes, Lucas Gonzaga Coelho, Raphael Meira Knabben, Raquel Gouvêa Lucio Bittencourt, Yasmim Rizzolli Fontana dos Santos e Prof.^a Vera Lucia Nehls Dias.

Edição: Raquel Gouvêa Lucio Bittencourt.

Revisão: Grupo PET-Geografia

Impresso pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fonte Times New Roman.

Sugestões, reclamações, convites, opiniões: petgeopress@gmail.com

Nessa edição:

	Página
Os impactos do turismo no espaço rural brasileiro.....	3
Relato Cartografia para Crianças.....	17
PET Indica.....	19
Eventos.....	20

Os impactos do turismo no espaço rural brasileiro

Pedro da Costa Porto¹
Guillaume Pierre Leturcq²

RESUMO

O turismo passa a ganhar cada vez mais espaço na economia, correspondendo no ano de 2010 por uma receita de U\$ 919 Bilhões em todo o planeta. O atual crescimento do turismo pode ser atribuído, entre outros fatores, aos problemas comuns do dia-a-dia das grandes cidades, tornando cada vez mais notável o desejo de retorno à natureza alcançado por meio do turismo. Este desejo, por diversas ocasiões, tem nos espaços rurais o seu local de satisfação, o que tem feito aumentar os empreendimentos turísticos no meio rural para satisfazer essa demanda. O presente artigo, portanto, objetiva analisar os impactos decorrentes do turismo no espaço rural brasileiro buscando, por meio de alguns exemplos, contemplar o território nacional.

Palavras-Chave: Turismo; impactos; espaço rural; brasileiro.

Introdução

O turismo como atividade organizada acontece no início do século XIX, mas é somente a partir da segunda metade do século XX que a atividade turística passa a ganhar espaço na economia mundial (CRUZ, 2003). No ano de 1987 o turismo converte-se no primeiro setor econômico com uma participação de 12% do PIB do planeta, chegando ao ano de 2003 com uma receita de U\$ 514,4 Bilhões (ZAPATA e ZAPATA, 2005). No ano de 2010 segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2012) os deslocamentos ocasionados pela atividade turística corresponderam por uma receita de U\$ 919 Bilhões em todo o planeta.

Serrano (1997) esclarece que o atual crescimento do turismo deve-se, entre outros fatores, a crescente expansão do processo de urbanização e os problemas comuns do dia-a-dia das grandes cidades, tornando cada vez mais notável o que a autora define como o desejo contemporâneo de retorno à natureza alcançado por meio do turismo. Este desejo, por diversas ocasiões, tem nos espaços rurais o seu local de satisfação.

No Brasil, o turismo ocorrido no espaço rural é recente, assim como os impactos decorrentes dessa prática. Embora a visitação de propriedades rurais seja uma prática antiga e comum no país, esse deslocamento passa a ser encarado com profissionalismo somente na década de 80. Isto ocorre quando algumas propriedades rurais em Santa

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências (PPGGEO) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

²Professor visitante do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Catarina e no Rio Grande do Sul que enfrentavam dificuldades econômicas, resolveram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas (BRASIL, 2007).

O presente artigo, portanto, objetiva analisar os impactos decorrentes da inserção do turismo no espaço rural brasileiro. Para atingir este objetivo, recorreremos a um arcabouço teórico que contemplou artigos científicos, dissertações, teses e livros que realizaram estudos de caso em diferentes cidades e regiões brasileiras. Deste modo, buscamos por meio de alguns exemplos pontuais, contemplar o território nacional.

O turismo no espaço rural e o turismo rural

Nos quase setenta anos de sistematização, o turismo tornou-se alvo de estudos das mais distintas ciências (Economia, Geografia, História, Antropologia, Administração, Educação Física, entre outras) e de entidades públicas e privadas. Resultando assim, em diversas definições e, nas últimas décadas, em uma expressiva segmentação desta atividade. No vasto arcabouço teórico dedicado à abordagem da segmentação do turismo, é comum se deparar com contradições e “sombreamentos” no que tange a delimitação de cada segmento da atividade turística. Um exemplo deste fato é a grande confusão que pode ser encontrada entre “turismo rural” e o “turismo no espaço rural” abordados, por diversas vezes, como sinônimos.

Portanto, antes de partirmos definitivamente para as considerações referentes aos impactos ligados ao turismo no espaço rural brasileiro é necessário, primeiramente, delimitarmos estes dois termos. A delimitação do “turismo rural” e do “turismo no espaço rural” deve-se ao fato de entendermos que os impactos podem ocorrer de forma diferenciada quando abordarmos um destes termos isoladamente.

O turismo rural pode, em diversas ocasiões, ser confundido com outros segmentos do turismo. Este fato pode ser evidenciado no documento intitulado *Segmentação do Turismo e o Mercado* (2007), de autoria do Ministério do Turismo do Brasil (MTUR), no qual, ao abordar o panorama atual do turismo rural no país, a entidade esclarece que:

Na maioria dos casos, ocorre de forma empírica e confunde-se em múltiplas concepções, manifestações e definições, sendo denominado, também, de agro turismo, ecoturismo, turismo de interior, turismo no espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre, agro ecoturismo, ecoagroturismo. Essa profusão de entendimentos deve-se, em grande parte, à ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o Turismo Rural como um segmento turístico, fazendo com que a vasta diversidade cultural e geográfica do País, ao invés de identificar cada lugar, tenda à descaracterização (BRASIL, 2007, p. 8).

Em outro documento do MTUR intitulado *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil* (2004) que faz parte do *Plano Nacional do Turismo 2003-2007* a entidade define turismo rural como:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2004, p. 11).

No mesmo documento, o Ministério adota a concepção de meio rural baseando-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade, considerando o território como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo (BRASIL, 2004). O MTUR compreende cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos (BRASIL, 2004). Estes critérios multidimensionais, segundo o MTUR, se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2004).

Deste modo, para realização da presente pesquisa, entende-se o turismo rural como aquele ligado ao cotidiano agropecuário. De forma a valorizar os modos de vida tradicionais e envolvendo na maioria dos casos um contato direto do consumidor com o produtor que consegue vender, além dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento para o turista.

Enquanto o turismo no espaço rural é mais abrangente que o turismo rural, por envolver atividades de outros segmentos do turismo, a exemplo do: turismo de aventura, turismo de pesca, turismo arqueológico, ecoturismo, entre outros. Estes segmentos referem-se a atividades não agrícolas, mesmo que por inúmeras vezes, os locais que propiciam estas atividades encontram-se dentro de propriedades rurais. Podendo assim, definir o turismo rural como atividade bem mais restrita na sua oferta de serviços e no

espaço que ocupa, enquanto o turismo no espaço rural é mais abrangente e engloba diversos segmentos do turismo, entre eles, o turismo rural.

É, portanto, a análise dos impactos do turismo no espaço rural do Brasil que se dedica este artigo. Abordando os impactos da atividade turística em sua totalidade e não somente o turismo rural.

Os impactos ligados ao turismo no espaço rural brasileiro

O turismo no espaço rural tem sua origem na Europa onde, segundo Roque (2001), a Alemanha é o país berço das atividades turísticas neste espaço, mantendo uma tradição de 150 anos e vários empreendimentos turísticos reconhecidos como forma de renda complementar para o produtor rural, denominados *Fazendas Hospedeiras*. Nestas fazendas alemãs é possível encontrar além de hospedagem, “alimentação a custo acessível e permitem aos visitantes uma inserção no meio rural físico e humano, bem como, sempre que possível, uma participação nas atividades, costumes e modos de vida da população local” (ROQUE, 2001, p. 24).

Contudo, Roque (2001), salienta que, de maneira geral, é a partir dos anos 1950, que as atividades turísticas passam a ser consideradas estratégias de desenvolvimento local em muitos países do norte e centro da Europa e a partir dos anos 1970, nos países do sul do continente. A autora destaca ainda que na Europa um dos grandes atrativos do turismo no espaço rural se concentra na originalidade da agricultura e no pastoreio de montanha. Os governos, através da Lei da Montanha, subsidiam um determinado valor para os agricultores e pastores não modernizarem suas técnicas de trabalho, pois o abandono das suas práticas tradicionais diminuiria o interesse e o conseqüente fluxo de turistas, como por exemplo, na Suíça e na Áustria (ROQUE, 2001).

No Brasil, embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e comum, é apenas a pouco mais de vinte anos que ela passou a ser considerada uma atividade econômica (BRASIL, 2007). Esse deslocamento para áreas rurais começou a ser encarado com profissionalismo na década de 1980, quando algumas propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e passam a receber turistas (BRASIL, 2007).

A experiência mais antiga de turismo no espaço rural destes Estados é do município de Lages, em Santa Catarina, quando, no início dos anos 80 do século XX, os

produtores da região passaram a aproveitar a estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes nas propriedades do município (BRASIL, 2004). No período de 1992 a 1996 o turismo em Santa Catarina apresentou um crescimento de 450% (BRASIL, 2004). O município de Lages foi batizado neste período de *Capital Nacional do Turismo Rural* (ROQUE, 2001).

Deste período em diante o turismo no espaço rural se espraia pelo território nacional, passando a ganhar cada vez mais importância na economia das propriedades onde ocorre. Em relação às atividades não agrícolas inseridas no meio rural por meio do turismo, cabe mencionar o comportamento de setores como os restaurantes. Estes setores que em 1981 ocupavam 6.000 pessoas com domicílio rural e em 1997 passaram para 9.100 (SCHNEIDER e FIALHO, 2000). Também podem ser mencionados os setores do comércio de alimentos, que entre 1992 e 1997 aumentou em 3.200 o número de ocupados, e do emprego doméstico, que entre os anos 1981 a 1997 aumentou em 10.300 postos de trabalho (SCHNEIDER e FIALHO, 2000). Atualmente, no Estado de Santa Catarina, o turismo ocorrido no espaço rural é responsável pelo complemento de aproximadamente 40 % da renda de pequenos empreendedores que conciliam a atividade agrícola e turística (PELLIN, 2005).

Outra potencialidade inerente do turismo no espaço rural é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional. Um exemplo, já bem sucedido em várias iniciativas deste tipo, é a venda de produtos sem agrotóxicos que enfatizam as qualidades proteicas do consumo de alimentos naturais. Além disso, este tipo de produção, por requer maiores tratamentos culturais e ocupar mais tempo de trabalho do agricultor, em geral, acaba se constituindo em um “nicho” cuja viabilidade se dá, em larga medida, embora não exclusivamente, em função dos preços mais altos pagos por consumidores de maior poder aquisitivo. Em um contexto onde se desenvolvem ações relacionadas ao turismo rural pode ocorrer uma aproximação quase direta entre o consumidor desses alimentos e o agricultor, o que favorece a ambos em termos dos preços praticados, que podem alcançar patamares mais razoáveis porque eliminam a fase de circulação das mercadorias (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p. 21).

É, sobretudo, devido aos impactos econômicos positivos que, por diversas vezes, se atribui ao turismo a expressão “tábua de salvação” para a comunidade onde ele se estabelece (LIMA e MARQUES JÚNIOR, 2007). Não são raros, na última década, os investimentos e incentivos do Estado promovidos por meio do Ministério do Turismo e

da EMBRATUR, visando à interiorização e descentralização do turismo no Brasil, hoje centrado no denominado *turismo de sol e praia*. Neste sentido os autores Hanai e Silva Netto argumentam que:

Atualmente, evidencia-se um processo que incentiva as atividades turísticas e recreacionais em espaços rurais, encaradas como uma das principais alternativas de desenvolvimento dos polos receptores. O turismo no meio rural constitui-se numa forma de valorização do espaço, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do local para seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural (s/d, p. 7).

Pellin (2005) ressalta que a atividade turística vem destacando-se como uma das estratégias de desenvolvimento os espaços rurais no Brasil, principalmente pela possibilidade desta atividade em proporcionar um desenvolvimento local e regional, sobretudo para pequenos municípios que estão de certa forma, excluídos dos principais circuitos produtivos. “Trata-se de municípios que tem a agricultura em pequena escala, como principal fonte econômica” (PELLIN, 2005, p. 32).

Como pôde ser analisado até então, o turismo tem a capacidade de incorporar outras atividades econômicas que não só as tipicamente agrícolas ao espaço rural, e esta tem sido uma estratégia adotada por vários países, entre eles o Brasil. A adoção desta estratégia se dá com vistas a manter o homem no campo, melhorando sua qualidade de vida por meio do aumento da renda, que passa a ser gerada com base em uma maior diversidade de atividades e funções, já que, o turismo é uma atividade que pode ser correlata à agricultura. No entanto, algumas das mudanças ocorridas devido à introdução do turismo no espaço rural brasileiro, que deveriam ser símbolo de desenvolvimento, começam a aparecer, em longo prazo, como mazelas que assolam toda uma estrutura social.

Neste contexto, cabe o destaque a Silva (2010), ao estudar a hibridização cultural promovida pela introdução do turismo no Engenho Itamatamirim. Localizado na Zona da Mata no estado do Pernambuco Engenho pertence a uma antiga tradição canavieira da região que data do século XVII e entrou em colapso em meados dos anos 1990 (SILVA, 2010).

Foi nesse período que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento de Pernambuco, desenvolveu ações voltadas para promover o desenvolvimento local da região através da atividade turística enquanto recurso de geração de renda e de valorização histórica dos antigos engenhos de cana-de-açúcar. Nesse contexto, surge a proposta de diversificação da atividade econômica, na qual se inclui o turismo como uma atraente alternativa para a revitalização dos engenhos defasados (SILVA, 2010, p. 48).

Entre as mazelas decorrentes do turismo no Engenho, o autor evidencia que a produção de base familiar perdeu espaço com o aumento da jornada de trabalho, ocasionando uma reconversão no uso do tempo produtivo. Isso ocorreu com alguns trabalhadores que, antes, mantinham pequenas produções para subsistência em suas residências, mas que atualmente, em função da escassez de tempo livre, não perpetuaram essa atividade (SILVA, 2010, p. 99).

Com relação ao Maracatu, percebe-se que antes era encarado como uma manifestação que promovia a participação espontânea das pessoas. Porém, hoje, torna-se uma atividade-espetáculo direcionada, em muitos momentos, como uma fonte de ganhar dinheiro e agradar exclusivamente ao turista (SILVA, 2010, p. 98).

No trabalho com os esportes de aventura, como rapel, tirolesa e trilha, Silva (2010) relata que há uma equipe de trabalhadores especializados em técnicas verticais de aventura que atuam diretamente com estas atividades.

Estes trabalhadores são provenientes de fora do Engenho Itamatamirim, restando aos antigos trabalhadores e moradores do Engenho a função de acompanhar os grupos de turistas e dar apoio aos trabalhadores especializados (SILVA, 2010).

A questão da moradia também é corroborada pelo autor como um aspecto negativo da introdução do turismo neste espaço rural, influenciando diretamente na vontade desses trabalhadores de permanecer morando dentro do Engenho Itamatamirim. Uma vez que o trabalho é desenvolvido próximo às famílias e as mesmas se sentem apadrinhadas pelo proprietário do Engenho, se estabelece, neste caso, “uma relação paternalista, característica do sistema oligárquico que marcou o desenvolvimento da agricultura canavieira na Zona da Mata de Pernambuco” (SILVA, 2010, p. 103).

Entre os aspectos positivos da prática do turismo no Engenho Itamatamirim, Silva (2010) destaca que, o início da jornada de trabalho não começa tão cedo quanto no trabalho agrícola. Quem inicia o trabalho mais cedo, segundo o autor, são algumas

mulheres, responsáveis pela limpeza da cozinha, do local onde ficam as mesas e cadeiras e do espaço do pesque e pague (SILVA, 2010).

Os trabalhadores entrevistados começam o trabalho efetivamente por volta das nove horas da manhã, principalmente aqueles que trabalham diretamente no pesque e pague. Os demais trabalhadores ficam dependendo da demanda de visitantes que chega ao Engenho Itamatamirim interessada em fazer trilhas pela propriedade ou andar a cavalo (SILVA, 2010, p. 81).

De acordo com Silva (2010) o Engenho Itamatamirim está trabalhando com a atividade turística desde meados do ano 2004. O autor relata ainda que durante os finais de semana, quando há um número maior de turistas no Engenho, os trabalhadores não possuem um horário exato de almoço, diferentemente do que ocorre durante a semana, quando param por volta do meio dia para essa refeição. O fim do expediente vai chegando com o entardecer, por volta das cinco horas da tarde, quando já não existem mais turistas na propriedade (SILVA, 2010). “Embora se tenha constatado que, hoje, possuem menos tempo livre, há aqueles trabalhadores que afirmam que se divertem mais do que quando eram canavieiros”(SILVA, 2010, p. 99).

O estado de Minas Gerais também é um exemplo da recente inserção do turismo no espaço rural. Segundo Roque (2001) as mesorregiões sul e sudoeste do Estado passaram a conviver com os primeiros empreendimentos turísticos na segunda metade da década de 1985.

Conta-se que alguns produtores rurais da região, à procura de soluções que lhes permitissem enfrentar os problemas vivenciados pelo seu cotidiano produtivo como o aumento do custo de produção, a queda dos preços agrícolas, a migração de mão de obra para centros urbanos, entre outros, reconheceram nas atividades turísticas uma possibilidade a ser considerada (ROQUE, 2001, p. 57).

Para Roque (2001) são reconhecidas diferentes motivações para a implantação das atividades turísticas no espaço rural no sul/sudoeste mineiro. A “aptidão regional”, fundamentada na beleza natural, na cultura, tradições e produtos típicos de origem local, como queijo, café e o artesanato, somada às dificuldades enfrentadas pelo setor agropecuário, foram fatores decisivos que motivaram a implantação das atividades turísticas em propriedades rurais (ROQUE, 2001).

Identificam-se na região algumas modalidades de turismo no espaço rural, tais como: hotel-fazenda, pousada rural, pesque-pague, restaurantes rurais ou bar rural, cavalgadas, tropismo, colônias de férias, trilhas, casas ou chalés para temporadas, aulas de campo, entre outras (ROQUE, 2001, p. 75).

Ao analisar as atividades turísticas no espaço rural do sul e sudoeste de Minas Gerais, Roque (2001) expõe que o modelo adotado nestas localidades assemelha-se muito aquele adotado em propriedades rurais francesas, voltadas para a realidade produtiva agropecuária, mas com peculiaridades e características próprias. Outra característica apresentada pelo autor é área das propriedades envolvidas com o turismo que varia entre 2 ha. a 100 ha. no máximo e é gerenciada pela família (ROQUE, 2001). Entretanto, “as unidade familiares descapitalizadas, participam deste processo fornecendo mão de obra para a execução dos mais variados serviços, produtos agrícolas, doces e artesanatos em geral” (ROQUE, 2001, p. 75).

Os hotéis-fazenda apresentam-se como meio de hospedagem, operando com estrutura hoteleira. Todavia não são utilizadas construções de luxo que caracterizam o complexo hoteleiro rural, em outras regiões do estado. Muitos dos empreendimentos do sul/sudoeste mineiro apresentam características que os identificam com “fazenda hotéis”, pois utilizam a estrutura preexistente da propriedade, adaptada para receber o turista e ofertar acomodações para pernoite. Mantém-se como uma fazenda que abre suas instalações para o turista (ROQUE, 2001, p. 75).

A autora expõe ainda que o turismo no espaço rural das mesorregiões sul e sudoeste de Minas Gerais tomou impulso nos últimos anos, “com um grande percentual de empreendimentos turísticos (35%), apresentando-se em estágio de implantação” (ROQUE, 2001, p. 56). Porém, é possível identificar este segmento turístico no espaço rural, como aquele que atrai cada vez mais investidores da iniciativa privada. Conforme informações coletadas por Roque (2001) já existem projetos de grande porte e altos investimentos que podem alterar futuramente o padrão regional do turismo no espaço rural nas mesorregiões pesquisadas pela autora.

O turismo ocorrido atualmente no espaço rural do município de Dois Irmãos, no estado do Rio Grande do Sul, assemelha-se com o exemplo do estado de Minas Gerais. Fialho (2000) destaca que as propriedades rurais deste município são de maioria de mão de obra familiar e desenvolvem a olericultura, com o uso do arado de tração animal e também a mecanização. Nestas propriedades se produz, principalmente, aipim, verduras e legumes, milho, batata e cebola, associados à criação de suínos, gado leiteiro e gado

bovino, apesar de pequeno número de animais por propriedade, já que 82,7% dos estabelecimentos rurais têm menos de 20 hectares (FIALHO, 2000).

Nos últimos anos, deu-se uma atenção especial ao desenvolvimento do turismo com a integração de Dois Irmãos à Rota Romântica. Partindo desse projeto, criou-se, dentro do município, a Rota Colonial “Baumschneiss”, dando maior ênfase ao turismo rural (FIALHO, 2000, p. 9).

Na concepção de Fialho (2000), a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos procura no turismo no espaço rural uma alternativa para absorver a mão de obra dispensada da indústria coureiro calçadista, em virtude da crise que abateu este setor a partir da política cambial adotada em 1994, onde houve a valorização da moeda nacional em relação ao dólar.

Neste contexto, surge a possibilidade de criar novos postos de emprego, para absorver a mão-de-obra dispensada das indústrias de calçados e, promover a permanência da população jovem na área rural, além da necessidade de aproveitar as características ambiental, cultural e social, que o município dispõe. Assim, uma das alternativas foi desenvolver o turismo sustentável no meio rural, o qual foi apresentado através do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico da Rota Colonial Baumschneiss”(FIALHO, 2000, p. 10).

Fialho (2000) destaca ainda que com a implementação da Rota Colonial surgem, inicialmente, quinze novos estabelecimentos comerciais, que se caracterizam por serem propriedades agrícolas familiares, na sua maioria, que geram emprego na área rural. Segundo o projeto original, estima-se que foram criados 63 empregos diretos e 126 indiretos, responsáveis pelo fornecimento de produtos agrícolas, massas, leite e outros (FIALHO, 2000, p. 12).

Considerações finais

Com realização desta pesquisa que objetivou, por meio de exemplos pontuais, traçar um breve panorama dos impactos ligados ao turismo no espaço rural brasileiro, pode-se concluir, que esta atividade é resente no país. Apesar de a atividade turística não ser novidade no espaço rural europeu é somente em meados da década de 1980 que este modelo de desenvolvimento rural passa a ocorrer no Brasil com os primeiros empreendimentos.

Fica evidente, em todos os exemplos abordados no decorrer do trabalho, que a adoção do turismo por parte dos produtores rurais brasileiros ocorreu sempre em momentos de crise no setor agropecuário local ou regional. Nestes momentos, ocorre uma relação que podemos denominar de mutua lista, onde, de um lado, se satisfaz a necessidade dos produtores rurais em buscar alternativas para diversificar, aumentar a fonte de proventos e agregar valor aos seus produtos e, de outro lado, dos visitantes que buscam novas experiências longe dos grandes núcleos urbanos, desejando conhecer outros modos de vida e culturas não cotidianas.

Nos exemplos abordados de introdução do turismo no espaço rural em diversos locais do território nacional, todos os autores são unânimes em exaltar os impactos positivos dessa prática. Dentre estes impactos estão: a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola e a agregação de valor na venda destes produtos para os turistas; o aumento de ofertas de emprego para a população rural; a contribuição para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, uma vez que estes são, na maioria dos casos, o principal atrativo para o turismo.

Os impactos negativos do turismo no espaço rural, porém, ficam em segundo plano nos exemplos abordados. Entre os exemplos destes impactos estão o aumento da jornada de trabalho dos produtores rurais que se dividem entre duas atividades diferentes, onde muitas vezes a produção de base familiar perde espaço por ser menos rentável que a atividade turística, podendo acarretar no desabastecimento de produtos agrícolas no mercado. Outro impacto negativo é a “turistificação” das atividades culturais, tornando a participação que antes era espontâneo, algo obrigatório, por se tornar uma fonte de renda. É evidente também o fato de as atividades que exigem trabalhadores especializados, na maioria dos casos estudados, não serem ocupados por pessoas do local.

Contudo, fica claro o papel fundamental que o turismo tem na gestão do território, dada a sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno de um determinado local. Este potencial partir dos anos 2000, passa a ser visto como forma estável e estrutural e transformou-se em estratégia de desenvolvimento local no Brasil. O turismo, contudo, não deve ser desenvolvido como uma monocultura, encarado como uma solução definitiva para os problemas sociais e econômicos de muitos espaços rurais, e sim, ser uma atividade interligada a outras já existentes e também fundamentais para o desenvolvimento local. A atividade

turística no espaço rural deve gerar qualidade de vida para as populações locais, valorizando e respeitando sua cultura e seu modo de vida.

O turismo bem concebido, integrado ao meio ambiente local e devidamente planejado e controlado pela população, pode constituir uma das alavancas do desenvolvimento do espaço rural. O turismo no meio rural deve, antes de tudo, ser um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes. Trata-se do desenvolvimento de um modelo de turismo onde a participação da comunidade local é indispensável para o sucesso da atividade. A comunidade local deve participar de todas as etapas de planejamento do desenvolvimento da atividade, pois será ela a principal beneficiada pelos impactos positivos produzidos pela atividade ou, a principal prejudicada pelos impactos negativos gerados. A atividade turística apenas poderá se constituir em um vetor de desenvolvimento local desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, e que os resultados da atividade possam beneficiar as comunidades locais, por sua vez capacitadas para atender a demanda por bens e serviços turísticos.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2003-2007**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado**. Brasília: 2007.

CRUZ, R, C, A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: ROCA. 2003.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Turismo rural e o emprego rural não-agrícola: o caso da Rota Colonial de Dois Irmãos – Rio Grande do Sul – Brasil**. (Dissertação

De Mestrado) Mestrado em Economia Rural pelo CPGER/UFRGS – Porto Alegre – Brasil. 2000.

HANAI, Frederico Yuri; SILVA NETTO, Joviniano Pereira da. **O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável do espaço rural: discussões e proposições no Brasil**. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6561>>. Acesso em: 22 jun. 2012

LIMA, Aline Gisele Azevedo; MARQUES JÚNIOR, Sérgio. **Avaliação sócio-ambiental em comunidades receptoras: uma contribuição ao estudo dos impactos da atividade turística na visão dos moradores da Vila de Ponta Negra, Natal/RN**. Revista Holos, Ano 23, Vol. 3, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Disponível em: <<http://www.unwto.org/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

PELLIN, Valdinho. **O turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: o caso do município de Rio dos Cedros –SC**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 5, núm. 1, 2005, pp. 31-38.

ROQUE, Andreia Maria. **Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Lavras, Mestrado em Administração Rural. 2001.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. In: II Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 09 a 12 de maio de 2000 – Centro de Eventos do Hotel Morotin – Santa Maria/RS

SERRANO, Célia Maria Toledo. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, Célia Maria Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (Orgs.). **Viagens à Natureza**. 8. ed. Campinas: PAPIRUS, 1997.

SILVA, João Paulo da. **Hibridização cultural, turismo rural e desenvolvimento local no Engenho Itamatamirim, em Pernambuco.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2010.

ZAPATA, Tania Regina; ZAPATA, Jesús Cámara. Turismo, valorização da Brasilidade e construção do Capital Social. In: **Turismo Social** – Diálogos do Turismo. Brasília: IBAM, 2005.

Relato do Projeto Cartografia para Crianças.

por Felipe Polmann Alberici

O Grupo PET Geografia-UDESC, do qual eu faço parte, possui um Projeto de Extensão intitulado Cartografia para Crianças. Esse projeto consiste em oficinas que pretendem despertar o interesse das crianças para a ciência cartográfica através da participação delas em um concurso nacional de desenhos cartográficos, promovido pela Sociedade Brasileira de Cartografia. O Projeto foi desenvolvido na Escola Municipal Beatriz de Souza Brito através de uma oficina de 12hs/aula ministrada para duas turmas de quarto ano e duas turmas de quinto ano, nos períodos matutino e vespertino, realizadas durante o mês de junho nas quartas e quintas-feiras. Esta oficina teve como produto final a confecção de desenhos que, depois de selecionados, foram enviados para o concurso.

Para a realização desta atividade, primeiramente o grupo necessitou se aprofundar no tema. Assim, a fundamentação teórica foi alcançada através da participação do grupo no minicurso de Capacitação em Cartografia para Ensino Fundamental, realizado pela Professora da UFSC Rosemy da Silva Nascimento. Neste, aprendemos como trabalhar com ludicidade com as crianças, relacionando conhecimentos cartográficos importantes com o pré-conhecimento dos alunos. Após terminarmos o curso de capacitação, o grupo reuniu-se e discutiu quais eram as melhores atividades para incluir no cronograma.

No primeiro encontro nosso grupo apresentou-se e falou sobre o objetivo final de confeccionar um desenho com elementos cartográficos para participar do concurso nacional. O tema do concurso é “Brasil, um País não só do Futebol”. A criançada adorou e já começou a imaginar como fazer e o quanto seria legal ganhar. Foi tanta emoção que a agitação tomou conta da sala. Pela primeira vez no “comando” de uma sala de aula, eu e meus colegas tivemos que conter a animação e aumentarmos o tom de voz. Retornado o silêncio na sala, distribuimos textos sobre o que é um mapa, introduzindo conceitos básicos para a elaboração de mapas. Para minha surpresa, a turma se concentrou bastante e interagiu desinibidamente conosco; faziam bastantes perguntas e muitos associavam o que estava sendo dito com o que eles já conheciam.

A primeira atividade prática consistiu em desenhar a rosa dos ventos completando suas orientações (pontos cardeais e colaterais) e modificando o seu tamanho, trabalhando escala. A segunda atividade era um questionário sobre os elementos necessários para a criação de um mapa. No momento da correção dos exercícios os alunos competiam entre si para ver quem responderia a questão. A última atividade do dia foi desenhar uma maquete posicionada no centro da sala. A proposta era que eles desenhassem cada um de sua perspectiva, o objetivo era trabalhar a noção espacial.

Durante as atividades fomos acompanhados pela professora de geografia Marize Lúcia Fernandes que oferece apoio pedagógico às professoras de anos iniciais.

Iniciamos o segundo encontro retomando o que tinha sido aprendido na aula passada. Utilizamos o *datashow* para apresentação de slides sobre a história e a evolução da cartografia. O foco deste dia de atividades era trabalhar as projeções, mostrar aos alunos o quanto é difícil planificar o globo e fazer representações sem que

haja distorções. A primeira atividade foi fazer o contorno dos continentes em uma laranja, feito isto os professores, como éramos chamados pelas crianças, descascaram a laranja para tentar planificar e realmente constatar esta dificuldade de planificar uma esfera. Fizemos esta atividade com apenas uma turma, pois houve muita dispersão dos alunos e muita sujeira em sala, perdemos muito tempo. Nas outras turmas realizamos uma atividade parecida, distribuimos mapas para serem coloridos com uma cor, escolhida por eles, para cada continente. Feito isso, o mapa foi recortado e colado sobre bolinhas de isopor e feita uma legenda apropriada.

Na próxima atividade pedimos aos alunos para criarem um texto de no mínimo 10 linhas sobre o tema do concurso, exaltar outras características além do futebol. O silêncio foi total. Tive outra experiência inédita, avaliar os textos. Foi difícil encontrar um critério para dar nota, porém eu decidi por levar em consideração a criatividade, a abordagem dos alunos de diferentes temas além do futebol, a explicação do que existe em nosso país, além de apenas dizer que é legal ou muito bonito. Obviamente quem realmente avaliou foi a professora dos alunos, apenas fiz comentários e dei sugestão de nota.

A última atividade deste dia, realizada em todas as turmas, foi a criação de um mapa corporal, trabalhando orientação, hemisférios, latitude e longitude. Essa atividade foi uma atração, todos estiveram envolvidos e se divertiram muito. Minha colega Laura Dias Prestes foi modelo para um grupo.

No terceiro e último encontro relembramos o objetivo da confecção do desenho para o concurso. Mostramos um vídeo sobre a diversidade brasileira para fazer a reflexão de quais outros aspectos caracterizam nosso país. Logo após a turma criou uma lista das características brasileiras, a partir daí, a próxima atividade, que foi realizada em grupos de três, foi procurar imagens em revistas que representassem o Brasil, sempre lembrando que não é o país só do futebol. O tempo passou rápido e tivemos que finalizar mais cedo com o propósito de priorizar o desenho do concurso. Perdemos mais algum tempo retomando os lugares e finalmente conseguimos iniciar a confecção dos desenhos.

Aos alunos que iam finalizando, entregamos uma pequena avaliação sobre a oficina. Sendo este nosso primeiro trabalho em sala, as opiniões dos alunos e professores são muito importantes para aperfeiçoarmos nosso trabalho. Ao fim da aula distribuimos para cada um dos alunos os certificados de participação da oficina de cartografia para crianças do grupo PET.

Na minha avaliação foi uma ótima experiência. Acredito que muito positiva para todos os envolvidos; petianos, alunos e professores da escola. Sempre depois das aulas o grupo, juntamente com a professora Marize, discutia melhores maneiras de realizar as atividades, sem tanta dispersão e perda de tempo, organizando cadeiras e mesas e mantendo a ordem em sala. Percebi o quão importante é sempre organizar uma aula e ter um objetivo claro para facilitar a compreensão. Realizar atividades com materiais diferentes e brincadeiras é sempre muito atrativo, porém em minha opinião estimular atividades de leitura é principal.

PET-Indica

(sugestão de filmes, livros, etc)

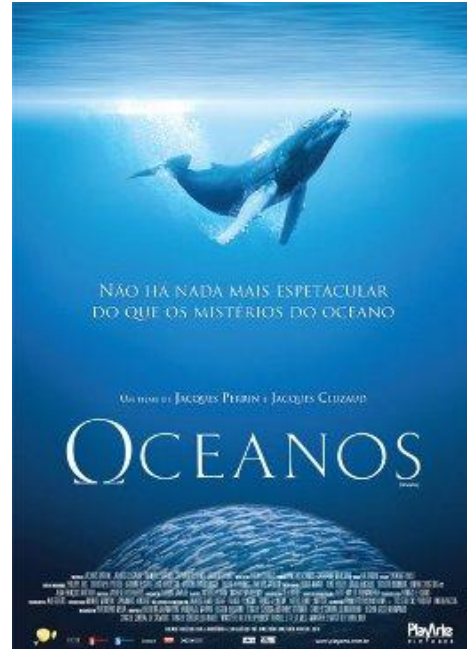
Documentário: Oceanos

Sinopse:

Aproximadamente três quartos da superfície terrestre é coberta pela água. Através de imagens impressionantes e de rara beleza, este documentário é um drama ecológico que mergulha fundo no mundo dos oceanos. Revela diversos mistérios escondidos nas águas, hábitos de vida das criaturas marinhas e os perigos que as cercam. Detalhes de um mundo desconhecido, exibidos de uma forma única na história.

Fonte:

<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-28714/>



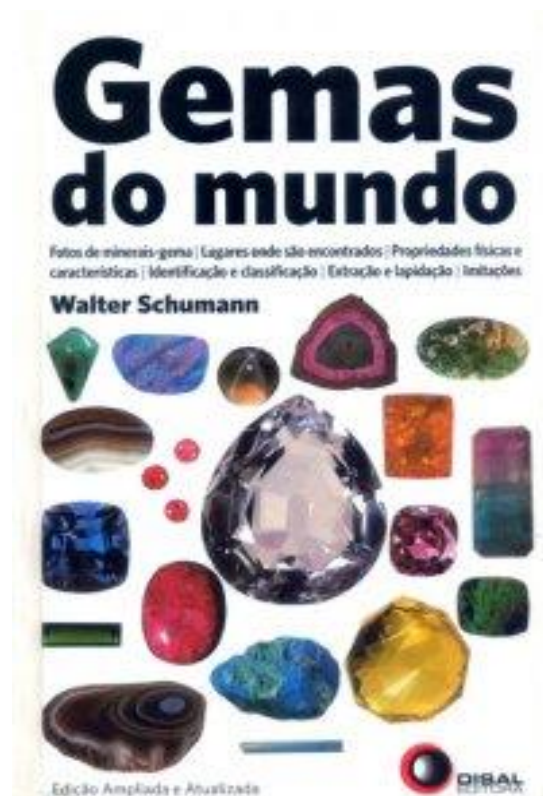
Livro: Gemas do Mundo

Sinopse:

Guia de gemas do mundo com fotografias em cores naturais de mais de 1.400 espécimes, muitos mostrados em bruto e lapidados ou polidos. Há seções especiais sobre; gemas fabricadas e sintéticas; como reconhecer gemas pela cor; gemas ligadas ao nascimento das pessoas; gemas orgânicas, por exemplo, coral e pérola.

Fonte:

<http://www.livrariasaraiva.com.br/produto/1573797/gemas-do-mundo>



Eventos

JULHO

VIII Simpósio Sul-Brasileiro de Geologia

Data: 7 a 10 de julho de 2013
Local: Porto Alegre, RS
Informações: <http://www.sbgeo.org.br/index.php/eventos/calendario2>

XV Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada: Uso e ocupação da terra e as mudanças das paisagens

Data: 08 a 12 de julho de 2013
Local: Centro de Convenções de Vitória – ES
Informações:
<http://www.xvsbgfa2013.com.br/>

AGOSTO

XIV Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário

Data: 4 a 8 de agosto de 2013
Local: Natal, RN
Informações: <http://www.abequa.org.br/>

3º Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica – 13º CISBGf

Data: 26 a 29 de agosto de 2013.
Local: Centro de Convenções SulAmérica, Rio de Janeiro, RJ.
Informações: <http://sys2.sbgf.org.br/congresso/>

SETEMBRO

12º Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia

Data: 15 a 19 de setembro de 2013
Local: João Pessoa – PB
Informações: <http://enpeg2013.com.br>

XIII Simpósio de Geografia da UDESC-FAED

Data: 23 a 26 de setembro de 2013
Local: UDESC, Florianópolis - SC
Informações:
<http://xiiisimgeoudesc.wordpress.com/>

VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária

Data: 29 de setembro a 3 de outubro de 2013.
Local: UFPB, João Pessoa-PB
Informações: <http://www.xvsbgfa2013.com.br/>

OUTUBRO

VIII Colóquio de Cartografia para Crianças e Escolares

Data: 14 a 17 de outubro de 2013
Local: Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), MG.
Informações: <http://www.ufsj.edu.br/colquiodecartografia/>